



**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ-UESPI
CAMPUS Dra. JOSEFINA DEMES
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**



MARIA JOAQUINA LEITE DA SILVA

**ENSINO DE HISTÓRIA E DE CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA:
Desafios para implementação das leis antirracistas nas escolas de Floriano-PI.**

FLORIANO-PI

2024

MARIA JOAQUINA LEITE DA SILVA

**ENSINO DE HISTÓRIA E DE CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA:
Desafios para implementação das leis antirracistas nas escolas de Floriano-PI.**

Trabalho de Conclusão de Curso de pesquisa apresentado ao curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual do Piauí – UESPI como pré-requisito de nota parcial, da Disciplina de Monografia II, sob orientação do Prof. Dra.Tatiana Gonçalves de Oliveira.

FLORIANO, PI

2024

MARIA JOAQUINA LEITE DA SILVA

**ENSINO DE HISTÓRIA E DE CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA:
Desafios para implementação das leis antirracistas nas escolas de Floriano-PI.**

Aprovado em: 07 de Dezembro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Tatiana Gonçalves de Oliveira
Universidade Estadual do Piauí - (UESPI)
Presidenta / Orientadora

Prof.Dra. Gabriela Berthou de Almeida
Universidade Estadual do Piauí - (UESPI)
Avaliadora / Membro da banca

Prof.Me. Gisvaldo Oliveira da Silva
Universidade Estadual do Piauí - (UESPI)
Avaliador / Membro da banca

FLORIANO-PI

2024

AGRADECIMENTO

Primeiramente, agradeço a Deus que tem me guiado no percurso acadêmico, é o senhor que tem me sustentado dando graça, saúde e força pra enfrentar as dificuldades. Ao meu paizinho Antônio José que hoje estar no céu, onde quantos vezes quando vivo me falou “Filha você realizara todos seus sonhos”, onde sempre me incentivou a estudar, e hoje sou muito grata aos seus valiosos conselhos. Além disso, agradeço a minha mãe Rosana Leite, que me incentivou e me apoio sempre na minha jornada acadêmica.

À minha orientadora, Prof. Dra. Tatiana Gonçalves de Oliveira expresso minha mais sincera gratidão pela orientação, paciência e dedicação. Suas valiosas sugestões e críticas construtivas foram essenciais para a concretização deste trabalho. Agradeço por me guiar com todo seu conhecimento e por acreditar no meu potencial, mesmo nos momentos mais difíceis.

Por fim, agradeço também aos membros da banca examinadora, Prof.Dra. Tatiana Gonçalves de Oliveira, Prof. Dra. Gabriela Berthou de Almeida e ao Prof.Dr. Gisvaldo Oliveira da Silva, pela honra de terem aceitado avaliar este trabalho. Suas observações, críticas e sugestões foram de imenso valor para o aprimoramento deste estudo. Agradeço pelo tempo dedicado à leitura minuciosa e pela disposição em compartilhar seus conhecimentos e experiências. Suas contribuições não apenas enriqueceram este trabalho, mas também proporcionaram um aprendizado significativo que levarei para minha trajetória profissional e acadêmica.

ENSINO DE HISTÓRIA E DE CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA: Desafios para implementação das leis antirracistas nas escolas de Floriano-PI.

Maria Joaquina Leite da Silva¹
mjoquinaleitedas@aluno.uespi.br

RESUMO:

Esta pesquisa é sobre o tema ensino de História e de cultura africana e afro-brasileira, onde procuramos entender se o que está estabelecido nas leis 10.639/03 e 11.645/08, bem como nas orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2004) está sendo efetivado nas escolas da cidade de Floriano-PI e quais tem sido os desafios para a prática de uma educação antirracista nessas escolas. Para responder esta pergunta, a pesquisa analisou as narrativas de três professores de História de uma escola municipal, estadual e particular da cidade de Floriano. As entrevistas foram estruturadas a partir da metodologia da História Oral. A análise qualitativa dos dados teve; com objetivo identificar através dos relatos como esses docentes conhecem e implementam as leis antirracistas em sala de aula. Ao apontar os desafios desses professores na aplicação de uma educação antirracista, o artigo evidencia também que o ensino educacional no Brasil ao longo da História tem sido um ensino eurocentrado e racista. Para nos ajudar a pensar essa discussão usamos o conceito de racismo estrutural dialogamos com autores como Eduardo Bonilla-Silva (2023) Kanbegele Munanga (2005), Lélia Gonzales (1988) e Circe Bittencourt (2014), evidenciando também que a criação das leis educacionais antirracistas foi resultado das lutas sociais dos movimentos negros e indígenas em prol de um ensino que os colocassem como protagonistas de suas Histórias para além da violência colonial sofrida.

PALAVRAS-CHAVES: Relações étnico-raciais, Ensino antirracista, Ensino de História.

ABSTRACT:

This research is on the subject of teaching History and African and Afro-Brazilian culture, where we seek to understand if what is established in laws 10.639/03 and 11.645/08, as well as in the guidelines of the National Curriculum Guidelines for the Education of Ethnic-Racial

¹Graduanda do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí - Campus Dra. Josefina Demes em Floriano-PI. Trabalho de pesquisa orientado pela professora Dra. Tatiana Gonçalves de Oliveira e apresentado como trabalho de conclusão de curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Piauí(UESPI).

Relations (2004) is being implemented in the schools of Floriano-PI and what has been the challenges for the practice of an anti-racist education in these schools. To answer this question, the research analyzed the narratives of three history teachers from a Municipal, state and private school in the city of Floriano. The interviews were structured from the methodology of Oral History. The qualitative analysis of the data had; with the objective to identify through reports how these teachers know and implement anti-racist laws in the classroom. By pointing out the challenges of these teachers in applying an anti-racist education, the article also shows that educational teaching in Brazil throughout history has been a eurocentric and racist. To help us think this discussion we use the concept of structural racism dialogue with authors such as Eduardo Bonilla-Silva (2023) Kanbegele Munanga (2005), Lélia Gonzales (1988) and Circe Bittencourt (2014), also showing that the creation of anti-racist educational laws was a result of social struggles of black and indigenous movements in favor of a teaching that put them as protagonists of their Stories beyond the colonial violence suffered.

KEYWORDS: Ethnic-racial relations, anti-racist teaching, history teaching.

1.0 INTRODUÇÃO

Historicamente a História como disciplina contribuiu para a construção de identidades profundamente marcadas pela herança da cultura europeia. Do ponto de vista pedagógico, a História está profundamente enraizada na tarefa de formar cidadãos políticos críticos. Nesse sentido, o ensino de História deve permitir ao discente pensar criticamente, associar e problematizar a sociedade atual a qual vivem, por isso que o professor no ensino de história deve passar pela formação intelectual para promover um ensino em que o aluno consiga “estabelecer relações entre presente- passado-presente, fazer comparações e identificar semelhanças e diferenças entre a diversidades de acontecimentos no presente e no passado (Bittencourt, 2009, p. 120).

Dessa maneira, o ensino de História pode ajudar os alunos observaram as “permanências” e “continuidades” na História além da compreensão do porquê existir ainda hoje, por exemplo, o Racismo e o preconceito contra o povo negro. Por que seu cabelo, sua cor de pele ou sua religiosidade são sempre desrespeitadas? Por que na maioria das vezes o negro sempre é visto como bandido? Por que o povo negro é o que mais morre fruto da violência policial? Por que o povo negro não tem tantas referências nos livros didáticos? Por que a história do povo

negro é sempre contada pelo viés da escravidão? São questões que uma educação antirracista deve levantar. Nesse sentido, o ensino de história de cultura africana e afro brasileira, a partir de uma perspectiva histórica relacionando o passado e o presente é tão importante para que as alunas e os alunos sejam capazes de problematizarem o presente e encontrarem respostas para esses questionamentos.

Nessa perspectiva vale afirmar que as instituições educacionais têm um papel central na formação social do aluno e promoção de um ensino crítico que promova a desconstrução de imagens estereotipadas sobre o sujeito negro, pois é a educação que traz as possibilidades de “questionar e desconstruir o mito de superioridade e inferioridade entre os grupos humanos” (Munanga,2005, p 17). Construído ao logo dos séculos pelos discursos legitimadores eurocêntricos da branquitude,² onde na escrita da História do Brasil deixou à margem os povos negros e indígenas.

Este artigo é resultado dos diversos questionamentos surgidos a partir de debates na academia sobre a problemática do ensino de História da África e de Cultura Africana e Afro-brasileira ao logo da História no Brasil, portanto, a pesquisa tem como objetivo responder indagações referentes aos desafios de implementação das leis antirracistas, especificamente a 10.639/03³ e 11.645/08⁴, nas escolas de Floriano. Dentre as questões que organizam este texto podemos citar: houve mudanças significativas no ensino de História em Floriano 21 anos após a promulgação da primeira lei? Quais os conhecimentos dos professores de História acerca das leis antirracistas? e para estes, quais seriam os desafios pra a implementação de uma educação antirracista de fato nas escolas da cidade?

Com isso, a pesquisa passou por um levantamento bibliográfico sobre as leis antirracistas do ano de 2003 e 2008, e a cartilha de orientações do Plano Nacional das Diretrizes curriculares para a educação das relações étnicos raciais (2024)⁵, evidenciando que a promulgação

² Construção histórica e estrutural, a branquitude é um conceito associado aos privilégios sociais que as pessoas brancas tem em uma sociedade racista e racializada por práticas e discursos historicamente construídos. Uma das intelectuais que discuti esse conceito é a professora e psicóloga Cida Bento em seu livro *“pacto da branquitude”*(2002.)

³ Lei promulgada no dia 09 de janeiro do ano de 2003 no governo do presidente Lula. Esta Lei altera a Lei n 9.394/96, Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional, com a inclusão no currículo de rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira” tanto em escolas particulares como escolas públicas.

⁴ Lei promulgada no dia 10 de março de 2008, no qual altera o dispositivo da LDB e soma à obrigatoriedade do ensino de História de cultura africana e afro-brasileira nos ensinos fundamentais e médios o ensino da cultura e História dos povos indígenas.

⁵ O Diário Oficial da União de Brasília no dia 22 de junho de 2024 na Seção 1, p. 11. Instituiu o Documento que constitui orientações, princípios e fundamentos para o planejamento e execução de avaliações da educação, e um documento que orienta os professores na atuação referente a implementação da lei 10.639/03 e a lei 11.645/08 e que é fundamental no combate a discriminações raciais.

dessas leis foram as diversas lutas sociais do movimento negro e indígena no país contra o racismo estrutural que atravessam seus corpos. Vale salientar que a pesquisa é embasada a partir de referenciais teóricos como a discussão do conceito de Racismo estrutural tomada do autores como Eduardo Bonilla-Silva(1997) Kabengele Munanga (2005) Lélia Gonzales (2020) e Circe Bittencourt (2009) na discussão sobre como pode ser visto o ensino de História na história da educação no Brasil, evidenciando as críticas dos movimentos negros e indígenas a um ensino eurocêntrico que era escrita e ensinada no país.

Tendo como objetivo de compreender como os professores de história pensam e praticam a implementação das leis antirracistas nas escolas nas quais atuam, através do ensino de História Africana e de cultura Afro-brasileira, nos amparamos metodologicamente nos pressupostos da História Oral para fazer a análise qualitativa dos dados obtidos. Seguindo as recomendações da historiadora Verena Albert em “*Manual de História Oral*(2005) analisamos as entrevistas feita com os três professores de escola Municipal, Estadual e Particular de Floriano⁶. A escolha dessa metodologia foi a preocupação na compreensão mais ampla dos fenômenos, aspectos da realidade e experiências vivenciadas pelos professores. Com isso, foram observadas e analisadas as narrativas dos professores mediante as perguntas sobre formação docente, prática do ensino de história relacionado a implementação de um ensino antirracista em sala de aula.

2. UM OLHAR SOBRE A HISTÓRIA DO ENSINO DE HISTÓRIA NO BRASIL E A IMPLEMENTAÇÃO DAS LEIS 10.639/03 e 11.645/08.

As instituições educacionais ao longo da História reproduziram e reforçaram o racismo, vale ressaltar que esse não deve ser entendido apenas como um conjunto de atitudes individuais ou preconceitos mais parte de uma estrutura social. Para Eduardo Bonilla ⁷o racismo é “visto como uma questão institucional”(Bonilla et al, 2023, p. 262) onde as ações das pessoas se dá num espaço de sociabilidade dotada de instituição historicamente consciente, nessas instituições a padrões de clivagem raciais o poderes dos discursos racistas que interfere na consciência e no subconsciente dos indivíduos, para o autor o “o fenômeno que é codificado como racismo e é considerado como uma ideologia flutuante tem, de fato, uma base estrutural”(Bonilla et al,

⁶ Os nomes das escolas e dos professores não foram citados por questão de privacidade e preservação de suas identidades.

⁷ Sociólogo conhecido por estudos de desigualdades raciais, racismo estrutural e dinâmica do poder em sociedades contemporâneas. Este é autor do livro *Racismo sem racistas: O racismo daltônico e a Persistência da Desigualdade Racial na América* (2003), onde discuti sobre o racismo existindo por meio de formas sutis e encoberta de discriminação e desigualdades sociais, isso após o fim da segregação racial legal nos Estados Unidos.

2023, p. 267). Neste sentido faz-se necessário pensar o papel da escola enquanto instituição que reproduz institucionalmente o racismo.

Kanbengele Munanga⁸ explica que “não podemos esquecer que somos produtos de uma educação eurocêntrica e que podemos, em função desta, reproduzir consciente ou inconscientemente os preconceitos que permeiam a sociedade (Munanga, 2005, p 15). Assim, para o autor os livros didáticos sejam visuais e audiovisuais “carregam os mesmos conteúdos viciados, depreciativos e preconceituoso em relação aos povos e culturas não oriundos do mundo ocidental (Munanga, 2005, p 15). Várias críticas ao caráter instrumental dos conteúdos e do próprio ensino de História ao longo do tempo foram feitas, como as críticas feitas pelo movimento negro e indígena a história nacionalista do período Imperial, de uma História historicizante ligada também a pressupostos positivistas com aspectos “eurocêntricos”, onde a ideia no período era:

(...) a preocupação das autoridades em afirmar a existência de uma nova nação, em demonstrar que existia um país livre, autônomo, independente, com uma “história” para contar. E ainda mais: um país com uma história de “heróis brancos” para contar (Pontes; Nicole, 2019, p. 18).

O Ensino Tradicional serviu por muito tempo para contar as narrativas dos “heróis brancos” e apagar a presença de negros e indígenas como participantes dessa escrita para além da perspectiva colonial. Assim, o ensino de História no Brasil foi moldado a partir de pressupostos europeus, construindo a compreensão da História a partir da ótica europeia(visão ideológica), influenciado por instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro(IHGB)⁹, o qual ficou responsável por organizar e formalizar uma escrita da história nacional que tinha como objetivo “criar mecanismos para uma disciplina onde os heróis brancos nacionais e seus feitos extraordinários pudessem configurar como exemplos para a formação de uma nação forte e à caminho do progresso” (Pontes; Nicoli, 2019, p. 15).

A historiadora Circe Bittencourt¹⁰explica que no século XIX havia nos conteúdos escolares a noção de “História nacional” pautada nos instrumentos pedagógicos a ideia de construção nacional. Nas chamadas escolas primárias ou de primeiras letras havia esse ensino de História voltado para a formação cívica e moral, uma nação que amaria a pátria. No final da década

⁸ É um professor e antropólogo congolês no qual estuda sobre o problema do Racismo na sociedade brasileira. Publicou vários trabalhos entre eles *Negritude: usos e sentidos* (1986), *O negro no Brasil de Hoje* (2006), *redis- cutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra* (1999) entre outros.

⁹ Instituto criado em 1838 no contexto histórico do Segundo Reinado no Brasil de D. Pedro II.

¹⁰ Professora e Historiadora Brasileira especialista em ensino de História, metodologia e teoria da História, pesquisa sobre História da educação no Brasil e analisa os manuais didáticos. Publicou trabalhos como *Ensino de História fundamentos e métodos* (2018) *História do ensino de leitura e escrita: métodos e material didático* (2014) *O saber Histórico na sala de aula* (1997) entre outros trabalhos.

de 80 do século XIX, com o aumento da população, a abolição da escravatura e o maior índice de imigração, bem como as lutas sociais na primeira república “o ensino de história na escola primária precisava integrar setores sociais altamente marginalizadas no processo educacional (Bittencourt, 2009, p. 64). Então quem seriam esses marginalizados? para a autora a educação estava sendo exclusiva da elite branca, deixando à margem indígenas, negros africanos e afro-brasileiros.

Para iniciar uma reparação histórica de séculos de apagamento da presença negra na escrita da História do Brasil, a Lei educacional 10.639 do ano de 2003 foi aprovada como resultado das lutas sociais do povo negro que reivindicava a necessidade de terem suas narrativas contadas como mecanismo contra os processos de invisibilização e como parte de uma educação antirracista. Nesse sentido, o “direito à educação foi uma das principais bandeiras de luta da população negra ao longo do século XX, exigido ainda nos tempos da escravidão” (Almeida et al, 2020, p. 109). No pós-abolição houve a falta de políticas do estado para a inserção do povo negro no mercado de trabalho, na educação, resultando o alto índice de analfabetismo. Esse cenário do pós-abolição marcou a luta da população negra por direitos. Nesse cenário surgiram organizações como:

“Clubes, entidades benéficas, grêmios literários, centros cívicos, jornais e até mesmo organizações políticas. Em São Paulo, apareceram a Sociedade Cooperativa dos Homens de Cor, em 1902, o Centro Cultural Henrique Dias, em 1908, a Sociedade União Cívica dos Homens de Cor, em 1915; no Rio de Janeiro, o Centro da Federação dos Homens de Cor; em Pelotas (RS), a Sociedade Progresso da Raça Africana, em 1891; em Lages (SC), o Centro Cívico Cruz e Souza, em 1918” (Domingues, 2009, p. 969).

São essas instituições e movimentos negros que para a Lélia Gonzales desempenharam um papel de “extrema relevância na luta antirracista em nosso país, sensibilizando inclusive os setores não negros e buscando mobilizar as diferentes áreas da comunidade afro-brasileira para a discussão de racismo e suas práticas” (Gonzales, 2020 p. 90). Gonzales teve uma postura política inconfundível no enfrentamento ao racismo na sociedade latino-americana. Foram essas lutas que possibilitaram a pressão do Estado brasileiro na promoção de políticas públicas existentes atualmente como as leis de cotas Socioraciais em Universidades (lei 12.711/12) e Concursos Públicos (12.990/14), leis educacionais para a educação das relações étnicos raciais 10.639/03 e 11.645/08, além das Diretrizes para a educação das relações étnicos raciais de 2004.

A Frente Negra Brasileira (FNB) criada em 1931 foi um dos movimentos negros que lutou contra o racismo, desigualdade social e pela educação, que era uma das pautas mais destacadas nos discursos deste movimento no período republicano. O conceito de educação na

“instituição tinha um sentido mais específico: de alfabetização ou escolarização (Domingues, 2008, p. 522) para pessoas negras que tinha dificuldade ao acesso à escola, o departamento de propaganda de instrução e educação da FNB tinha em um dos seus motes propagandísticos o jornal *Voz da Raça* (1931).

“Eduquemos mais e mais os nossos filhos, dando-lhe uma educação e uma instrução de acordo com as suas aspirações” (A Voz da Raça, 28 out. 1933, p. 2). (...)a formação cultural e moral do indivíduo. A palavra educação era usada frequentemente com esses dois sentidos. Já a palavra instrução tinha um sentido mais específico: de alfabetização ou escolarização. A educação era vista muitas vezes como a principal arma na “cruzada” contra o “preconceito de cor”. Os negros deviam estudar, afirmava José Bueno Feliciano, “a fim de não serem insultados a cada momento. Instruídos e educados seremos respeitados; far-nos-emos respeitar” (A Voz da Raça, 24 jun. 1933, p. 4). (Domingues, 2008, p 522)

A Educação como estratégia na luta antirracista era defendida pelo movimento negro para enfrentamento aos preconceitos e desigualdades no período. Além disso, pode citar também intelectuais como Abdias do Nascimento que também criticou as bases da educação brasileira e o racismo estruturado nos discursos da época, além das diversas críticas aos preconceitos dos professores.

(...)Notícia publicada no jornal A Voz da Raça corrobora essa impressão de Abdias Nascimento sobre o tratamento discriminatório dos professores com relação às crianças negras nas escolas: Há pouco tempo um nosso patrício negro me contara uma história do seu filho inteligente, que ia mal amparado pela escola porque a sua professora declarara em plena classe que ‘Negro com ela não aprende’, como si o negro frequentando uma escola pública pedisse uma esmola (A Voz da Raça, 1933, p. 2). (Vieira; Correia, 2022, p. 7)

Essas lutas a partir das críticas e denúncias em jornais e diversos outros meios de comunicação contra o racismo e o lugar atribuído historicamente aos negros na sociedade brasileira ao longo da História do Brasil reforçava o papel da educação como instrumento de superação dessa estrutura. Atualmente à violência do Racismo estrutural contra o povo negro e as suas manifestações culturais em uma sociedade que ainda prega a ideologia de uma falsa “democracia racial”¹¹. Para a Lélia Gonzales essa ideologia foi construída a partir de discursos da branquitude com " ênfase na flexibilidade cultural do colonizador português e no avanço grau

¹¹ A Democracia racial é um conceito que nega a existência do racismo no Brasil atualmente, por isso ela deve ser tratada como um mito e ideologia, essa é desmistificada por vários estudos sociais e pelos indicadores sociais. A ideologia da Democracia racial foi sistematizada no imaginário de muitos brasileiros devido as narrativas e discursos Históricos amparados, por exemplo, na obra “*Casa Grande e Senzala*” (1933) do Gilberto Freire, onde o sociólogo trata a miscigenação enquanto circunstanciais e dinâmico e mito do “bom senhor” na escravização.

de mistura racial da população do país "(Gonzales, 1982, p. 84). Isso posto, a falsa narrativa da democracia racial que pode ser evidenciada na própria educação no Brasil ao longo da História.

A lei 11.645 de 2008 acrescenta a obrigatoriedade do ensino de História e cultura indígena, ampliando o que prescrevia a lei 10.639/08, que é a obrigatoriedade de História Africana e de cultura Africana e Afro-brasileira. Portanto, é a lei vigente que agrega também a luta dos povos indígenas. Os principais documentos tem orientações para a educação das relações étnico-raciais, que visam atender os propósitos das leis antirracista 10.639/03 e 11.645/08 e que trazem estratégias e propostas para a implementações dessas leis em sala de aula pelo professor de História são *as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004)* e a cartilha ERER¹² *Orientações para Construção de uma Escola Antirracista (2024)*.

As *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004)* é um documento instituído pelo Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução N 1, de 17 de junho de 2004. Este documento estabelece que as instituições de ensino, sejam privadas ou públicas, trabalhem, através de conteúdo específicos ou de forma transdisciplinar, os saberes sobre a História Africana e cultura africana e afro-brasileira de forma obrigatória na educação básica e de forma opcional na educação superior, fazendo valer na prática o que está previsto nas leis 10.639/03 e 11.645/08.

Art. 2º (...) promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática.

§ 1º A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira.

§ 2º O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiáticas. (Brasil, 2004, p. 29)

Além disso, essa Diretriz trata também da responsabilidade dos sistemas de ensino e do estado incentivar a criação de materiais educativos como livros didáticos e paradidáticos que tragam conteúdos sobre História da África e cultura africana e afro-brasileira, além de criação

¹² ERER significa Educação para as Relações Étnico Raciais.

de projetos pedagógicos, trabalhos e atividades que tratam sobre a temática para os alunos. Vale dizer que é fundamental no processo de implantação dessa Diretriz a questão de se trabalhar a interdisciplinaridade e integração de saberes onde por exemplo o professor de História pode “lançar mão de alguns princípios fundantes, concepções filosóficas de matriz africana, recriadas nas terras Brasileiras (Ratts et al.2006, p 5). Esse são passos importantes para uma educação antirracista efetiva.

Outro documento bastante importante que traz algumas propostas de intervenções no que diz respeito a educação das relações étnicos raciais em sala de aula e a Cartilha *Orientações para Construção de uma Escola Antirracista* (2023), apoiado pelo instituto GESTO, Secretaria de Educação-SEDUC e pelo governo do Estado do Piauí, essa cartilha há diversas propostas de intervenções para cada situação em especifica que possa ocorrer na escola, como o professor pode trabalhar sobre diversos tipos de penteados referente ao cabelo crespo e frisado, fazendo análise histórica do povo africano e a cultura de raízes africana, utilizando materiais livros que tratam da temática e realizando trabalhos em grupo como seminários entre outros, no qual tem objetivo de “transformar a representação social que os estudantes tem sobre estética” (Lima et al, 2023, p 13)

Além disso, tem propostas de intervenção relacionadas à evasão escolar onde na maioria das vezes o maior índice é de alunos são negros, na cartilha a proposta de interversão envolve a atenção dos gestores escolares em relação as demandas escolares, haver diálogo com a comunidade, implementar processos de estudos e conscientização, participação da família no ambiente escolar. Outras propostas que incentiva o aprendizado numa perspectiva antirracista são atividades que incentiva o empoderamento e a autoestima dos alunos, trabalhando em ensino de História sobre protagonismo de mulheres e homens negros na História, participação de alunos nos projetos estudantil e atividades pedagógicas, trabalhos com culturas e religiosidades afro-brasileira como por exemplo “capoeira, religião de matrizes africana, poesias, relatos, teatro, desfiles, e exibição de filmes com abordagem da cultura afro indígena, com cuidado para não reprodução de estereótipos e preconceitos”(Lima et al, 2023, p 20). Por fim esse documento traz ao final uma lista de filmes e documentários que trata da temática da cultura africana e afro brasileira e também indígena, além de indicações de livros que podem ser trabalhados em sala de aula pelo professor numa perspectiva antirracista.

2. 2. DIAGNÓSTICO SOBRE O CONHECIMENTO DOS PROFESSORES DAS ESCOLAS DE FLORIANO ACERCA DAS LEIS ANTIRRACISTAS.

No processo de pesquisa foi realizado também a análise dos pontos de vistas dos professores de História de três escolas, uma municipal, uma estadual e uma particular de Floriano, com o objetivo de fazer um diagnóstico a respeito do que pensam os professores sobre aspectos importantes em relação aos desafios da implementação das leis antirracistas nas escolas no qual atuam. Com isso, foi elaborado um roteiro de entrevista, com perguntas referentes ao tema pesquisado, e para a interpretação e análise dessas narrativas desses profissionais foi utilizado como metodologia de pesquisa a análise qualitativa dos dados onde a preocupação não foi apenas o dado quantitativo(quantidade numérica de informações) mais sim a preocupação com “aspectos da realidade” e “compreensão ampla do fenômeno que está sendo estudado”(Godoy, 1995, p. 62). Além disso, a análise qualitativa dos dados possibilita a compreensão das “experiências e expressões de vivencias do outro” (Alberti 200, p 18), no caso desta pesquisa, as versões de experiências dos professores de História em sala de aula e o seu ensino de história africana e afro-brasileira.

Nesse sentido, fizemos o levantamento e análise das repostas de cada professor de História na entrevista sobre os seus conhecimentos acerca das leis 10639/03 e 11.645/08 e da cartilha das *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*(2004) com o objetivo de compreender como pensam a implementação dessas leis nas escolas nas quais atuam. Dos três entrevistados, dois são homens e uma mulher. Aqui apresentarei os professores por codinomes para a preservação de suas identidades, chamaremos, portanto, de professora A, professores B e C. Vale dizer, que a professora A é professora de escola particular, atua na educação há 21 anos e faz especialização em educação, já o professor B atua em uma Escola Estadual de Floriano, é professor de História há 5 anos, e é pesquisador das religiões de matrizes africanas na cidade, por último, o professor C trabalha em Escola Municipal e Estadual da cidade e tem atuado como professor de História há mais de 23 anos, além disso foi coordenador pedagógico por cinco anos. Com isso vale ressaltar que esses professores entrevistados cursaram a graduação em História.

Portanto, para alcançar os objetivos proposto nesta pesquisa, as perguntas feitas a esses professores foram: 1) Se tiveram contatos com estudos das relações Étnico- raciais na formação inicial e continuada 2) Quais os conhecimentos sobre as leis antirracistas 3) Se já presenciaram casos de racismo em ambiente escolar 4) quais as possibilidades e como os professores trabalham as questões étnico-raciais nas escolas 5) Quais os desafios de trabalhar uma educação

antirracistas nas escolas 6) Como avaliam as representação dos negros africanos e afrodescendentes nos livros didáticos 7) Se os professores percebem ausências de conteúdos sobre as questões étnicos-raciais nos livros didáticos.

Sobre a primeira pergunta, de terem tido contato com conteúdo de relações étnicos-raciais em suas formações iniciais e continuada, a professora A e professor C falaram que tiveram contatos com os conteúdos na graduação sobre o tema, mais de forma superficial. A professora A disse que havia uma disciplina sobre história da África, que “tratava sobre aspectos históricos, mas não muito de maneira crítica, não da forma que a lei defende” (Professora A), e que ainda era apenas limitado a história de Egito Antigo relacionado a História de África.

Com isso vale dizer que esse ensino reduzido ao Egito antigo e causado por fatores que refletem preconceitos eurocêntricos e visão distorcidas da História mundial, onde a preocupação das narrativas históricas ser centradas na Europa e ignorando a diversidade cultural, social e política do restante do continente Africano, para o Munanga(2015) é fundamental estudar outras civilizações africanas como Gana, Mali, Songhai, o império do Grande Zibáue entre outras, para o autor o foco do ensino de história da África apenas no Egito Antigo, reforça o ensino tradicional eurocêntrico do restante da África ser “Primitivo” e sem História.

Já a resposta do professor C e que o curso em que fez era um curso de férias bem resumido, mas que os professores passaram conteúdo sobre África, porém, limitado à questão da influência de África a cultura brasileira. Com isso, vale afirmar que um curso de férias por ocorrer e um período curto, ocorre o problema da redução da qualidade de ensino, o conteúdo pode ser tratado de forma superficial o que compromete o aprendizado efetivo do aluno, nesse caso o professor C também teve pouca formação sobre ensino das relações étnico-raciais.

As respostas desses professores A e C foram muito vagas em comparação com a respostas do professor B, vale ressaltar que a professora A e o professor C cursaram o curso de História antes da implementação da lei 10639, em 2003, observa-se pelas suas narrativas que a formação dos professores A e C não tiveram contatos com conteúdo das relações étnicos raciais de maneira crítica e problematizadora na graduação como a que teve o professor B. Veremos a resposta do professor B:

Dentro da minha graduação costumo dizer sempre que eu me aquilombei e quando eu passei a mim entender e a mim enxergar como um sujeito negro, uma pessoa preta no espaço, sou contista da universidade pública vim da escola pública, entrei por conta da cota racial e não sabia valorizar algo que é tão significativo de reparação histórica, dentro da minha graduação tive muito

contato com a questão afro-brasileira sobretudo das religiões de matrizes africanas não é à toa que meu TCC falar sobre a origem da Umbanda na cidade de Floriano, e eu sou muito grato aos meus professores os meus mestres da graduação que me trouxeram as literaturas de pessoas negras. Hoje tenho na minha casa uma biblioteca e tem uma parte de livros de autores negros e que falo e enaltece essa ideia, desde passando da Lélia Gonzales, Conceição Evaristo, a Djamila perpassando por Lázaro Ramos, e pensamentos de como do Milton Santos passa essa leitura, a Lilian com o livro Espetáculo das Raças, são livros que tem feito a ideia do aquilombarse. O letramento racial tem se perpassado em mim, porque ainda não estou preto total, estou me tornando preto porque eu estou me reconhecendo enquanto uma pessoa preta. (Professor B)

O professor B, diferentemente dos professores A e C, demonstra a importância de uma educação antirracista em sua formação, tendo tido contato na graduação com obras, literaturas e autores que trazem e discutem temas relacionados aos processos de tomada da consciência e resistência cultural, além do reconhecimento e a valorização da identidade negra da negritude, como o trabalho de Lélia González. Influenciada por Frantz Fanon, especialmente por sua obra *Pele Negra, e Mascaras Brancas*(1952)¹³, apresenta em seus estudo a difícil caminhada e essa necessidade de “torna-se negro” em um país racista em suas estruturas. Para a González,

“Agente não nasce negro, agente se torna negro. É uma conquista dura, cruel e que se desenvolve pela vida da gente afora. Aí entra a questão da identidade que a gente vai construindo. Essa identidade não é uma questão pronta, acabada. Então pra mim uma pessoa negra que tem consciência de sua negritude está na luta contra o racismo” (GONZALES.1988).

Então, quantos alunos negros sem consciência da sua negritude, alienados pela ideologia da branquitude, desse racismo estrutural numa sociedade que ainda prega o mito e ideologia da democracia racial, entram nas escolas? Será que todos tem contatos com professores que colocam em prática uma educação antirracista? Como vimos, nem todos os professores entrevistados tiveram contatos com conteúdo de relações étnico-raciais na graduação. Porém será que estes professores entrevistados conhecem atualmente as leis antirracistas 10.639/03 e a lei 11.645/09 e o documento das *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana* (2004)? Todos os professores entrevistados disseram que tinham o conhecimento dessas leis, porém, não conseguiram falar explicitamente sobre elas e seus objetivos. As respostas foram muito vagas,

¹³ Obra que é um marco do pós-colonialismo do psiquiatra Frantz Fanon, onde este autor trata sobre o quanto a ideologia do racismo é enraizado na sociedade, onde há uma alienação cultural relacionado à próprio psicológico dos negros, onde são impelidos em meio ao processo colonial de usar “mascaras brancas” para serem aceitos e sobreviver a essa sociedade que os marginaliza, além disso o autor trata sobre assimilação cultural.

além de todos deixarem claro que “faltam um olhar mais aprimorado pra isso” (professor C). Quanto a essa questão, a resposta da professora de escola particular reforça esse desconhecimento:

“Olha quando a lei foi criada, nós professores da escola particular tivemos um treinamento inclusive com o Alfredo Bolos que é historiador, que faz muitos livros para a educação pública no Brasil inteiro, e ele veio falar sobre a lei, sobre a importância da lei, eu me lembro que na época era 2005, mas era tudo tão novo a gente não compreendeu bem, acho que na época muita gente não compreendeu exatamente como ela deveria ser trabalhada em sala de aula (...)o que eu tive de contato e de conhecimento que estudei foi por interesse pessoal sobre a lei, mas eu lembro que na época em implementação da lei a gente não tinha muito material Didático e de suporte para o professor, eu senti muita dificuldade e ainda até hoje tenho uma extrema dificuldade de trabalhar de dominar alguns temas que trata de relações étnico-raciais, e um pouquinho complicado, eu acho, porque isso exige muita pesquisa né, eu estou tendo conhecimento a mais devido o meu mestrado que eu estou fazendo, e optei pela disciplina história da África, e a gente teve um contato muito maior e formas e como você pode trabalhar. Mas eu percebo que o professor que está apenas em sala de aula, ele não sentiu reflexo da lei em sala de aula não” (Professora A)

O que se observa na fala da professora A é que, embora ela expresse os desafios que a falta de uma formação que abarcasse a temática das relações-étnico raciais faz para o ensino antirracista, ela conseguiu na formação continuada a nível de mestrado minimamente ler sobre essa temática na disciplina de História da África. Mas e os professores que “estão apenas na sala de aula”? como ela bem coloca, dificilmente “sentiram os efeitos da lei”.

Os três professores sabem que existem as leis antirracistas que trata sobre a obrigatoriedade do ensino de História Africana e de cultura africana e afro-brasileira, porém alguns com maior nível de conhecimento, e outros com menor nível, além disso percebe-se a dificuldade desses professores em saber como trabalhar as questões étnico-raciais em sala de aula como a leis exigem, como citou a professora A. Como consequência, a falta de uma formação específica e a falta de pesquisa a respeito de formas e como trabalhar conteúdos de História da África de cultura africana e afro-brasileira em sala de aula já aparece nas falas desses professores como desafios a serem enfrentados para o ensino de História antirracista nas escolas. Corroborando com a fala da professora A, a respeito da dificuldade em trabalhar a temática em sala de aula, o professor B explica que em sua percepção “a lei diz que é pra todos trabalharem de alguma forma, mas muitos se perdem(...) é muito arcaísmo, ainda há professores que estão presos a um sistema e a uma educação classista, elitista e segregacionista” (Professor B).

Podemos dizer, portanto, que ainda existe há perpetuação da ideologia do mito da democracia racial nas escolas? O professor Kabengele Munanga traz a noção de que nós não recebemos o devido preparo de professores e educadores na educação básica e em formação continuada para viver em uma sociedade e sermos de fato antirracistas, e “essa falta de preparo, que devemos considerar como reflexo do mito da democracia racial”(Munanga, 2005, p. 15)

O que então os professores entrevistados disseram sobre já terem ou não vistos casos de racismo nas escolas? As respostas dos professores a esse questionamento mostra o quanto urgente é a necessidade de formação dos professores nas graduações e pós-graduações para a compreensão das relações étnico-raciais e como colocar em prática de fato uma educação antirracista no que se refere a implementação das leis antirracistas nas escolas, e sobretudo da conscientização dos professores, pois como disse o professor B “quantas vezes eu também não cometi racismo, a gente está em processo de combate, mas eu já presenciei em sala de aula de alunos como também de professores que reproduzem algo vigente, que continuam falando palavras de ofensas, palavras que nos coloca enquanto pessoas menores”(Professor B).

A resposta da professora A reforça as falas do professor B, explica que em sala de aula existe muito a perpetuação do racismo entre os alunos, diz que é muito relacionado “a questão do cabelo, quando as meninas por exemplo aceitam o cabelo com cachos que respeitem a forma como são seu cabelo mesmo, o racismo na escola aparece muito nisso ou quando você usa algum outro característico a cultura afro-brasileira” (Professora A). A professora ainda explica na entrevista que as pessoas comentem racismo e “dizem que não são racistas, mas a gente percebe as práticas que caracterizam como racismo, as pessoas até se surpreende quando dizem que isso é racismo, e dizem não eu não sou racista, eu tenho até colegas e tal” (professora A).

As respostas desses professores mostram o quanto o racismo ainda é estruturante nas escolas e na relação entre aluno e professor e como a prática do racismo se apresenta de forma sutil e velada. Há o mascaramento e a negação da existência do racismo, sobre a perspectiva da miscigenação cultural ter superado as tensões sociais, e isso é um exemplo claro do que a Lélia Gonzales chama de “racismo por denegação”, para a autora existe o racismo aberto e racismo disfarçado, esse racismo disfarçado diferentemente de outros contextos Históricos onde o racismo é mais explícito, na América Latina “apresenta como o melhor exemplo de racismo por Denegação”(Gonzales, 1988, p. 72) a o mascaramento do racismo, existe a “denegação da nossa latinoamericana, o racismo brasileiro se volta justamente contra aqueles que são o testemunho vivo da mesma(negros), ao mesmo tempo que diz não o fazer (“Democracia Racial” brasileira)(Gonzales, 1988, p. 73). Nessas entrevistas a resposta do professor C mostra claramente essa ideia de um racismo por denegação que se ampara no discurso da democracia racial:

“Deixa eu lembrar, porque apesar da gente ser um país miscigenado, muito misturado, mas a gente consegue identificar algumas situações de racismo. No momento não estou me recordando assim de alunos, professor com alunos, não estou me recordando de algo assim mais grave. (...) *Tem uma situação que eu mesma me envolvi, uma situação em que eu fui acusado de racismo é a pessoa era mais escura que eu, eu tive um problema aí eu me exaltei disse umas poucas e boas, a pessoa há me disse isso ou aquilo, e eu disse, rapaz o que nós tivemos foi uma briga, uma discussão, não foi nada disso principalmente porque eu sou professor de História conheço minhas origens e minhas raízes, o que a gente teve foi uma discussão, e aí depois acabou que a gente se tornou depois amigos. Mas em sala de aula não, mas na vida privada teve essa situação que me marcou muito, porque me ameaçou de levar pra justiça, aí depois ela foi convencida de que não fazia o menor sentido, porque as vezes em uma discussão quando você está alterado, você as vezes solta algum palavrão que não deveria. (...) Mas as vezes tem alunos que sofre assim veladamente, aquela questão de que por ele ser mais escurinho bem negro (Grifo nosso).* (Professor C).

Percebemos o quanto é problemático as falas do professor C, a sua resposta confirma o que a professora A afirmou anteriormente, de que existe o racismo velado, a perpetuação dele e o não reconhecimento das pessoas que cometem racismo e recusam a aceitar que são racistas, sempre com a justificativa do Brasil ser um país miscigenado misturado, falam “há todos nós somos iguais”, “eu não vejo cor”, “não sou racista eu sou filha de uma mulher negra, tenho amigos negros”. E esse tipo de racismo disfarçado que para a Lélia González vai se caracterizar como “Racismo por denegação” que se configura como a negação consciente e inconsciente do racismo, a ativista brasileira explica “temos o racismo disfarçado ou, como eu classifico, o racismo por denegação. Aqui prevalecem as “teorias da miscigenação”, da assimilação e da Democracia Racial” (Gonzales, 1988, p 72).

Esse cenário educacional marcado pelas práticas racistas de professores é a realidade de muitas escolas. Os professores precisam de formação para se reconhecerem como parte dessa estrutura racista e como caminho para sua superação. Para Djamila Ribeiro, “reconhecer o racismo e a melhor forma de combatê-lo” (Ribeiro, 2022, p. 9). Então como combater o racismo e formar alunos antirracistas sem reconhecer o racismo e que somos racistas? Portanto, será a formação de professores o maior desafio para a implementação de fato das leis antirracistas em sala de aula? O professor B respondeu algo a respeito, ele diz que o maior desafio para a implementação das leis antirracistas são:

“os professores, e não só professores de História porque a lei diz que é pra todos trabalharem de alguma forma, mas muitos se perdem, e deixa essa questão mais para o sociólogo, historiador e pro geólogo. Quando eu digo sobre professor eu falo sobre sua postura também, é muito arcaísmo, ainda existe

professores que estão preso a um sistema e a uma educação classista, elitista e segregacionista. Eu convivi com professores assim que a suas cabeças estão atrelados ao Brasil é a uma situação antes da lei, eu digo antes da lei estão presos os modos coloniais, ainda continuam as oligarquias” (Professor B)

Ainda sobre esse tópico, a professora A explica que os “professores não tiveram treinamento e que não se interessam em trabalhar a lei, é difícil você sozinho quebrar um vício que já vem de muitos anos” (Professora A). A professora A reforça que “quando a gente pega pra falar muito sobre história da África, aí falam, agora pronto só vão falar da história de negro? agente percebe essa certa resistência” (Professora A). A professora falou também na entrevista que não existe apenas a resistência dos professores, mas que há também a resistência dos alunos:

“Por que nós temos um problema muito grande na população brasileira e que se reflete também na educação e que a gente não tem identificação racial, eu acho que o mito da democracia racial ele é muito presente em sala de aula, Pra você ter noção quando a gente diz assim, nós todos temos heranças negras, os alunos resistem muito eles não querem, é muito difícil você encontrar um que queira se identificar como parte da cultura negra é muito difícil(...) E eu percebo que quando você vai trabalhar qualquer outro assunto eles se prontificam, mas quando você por exemplo vai trabalhar conteúdo sobre a África existe essa resistência dos próprios alunos.(Professora A)

Analizando a narrativa da professora A, percebemos que a resistência dos alunos em se identificar com suas heranças negras está relacionada ao modelo de ensino que perpetua ainda no Brasil, onde a identidade negra foi construída associada à escravidão. Por isso a importância de uma educação antirracista que desconstrua essa representação e crie uma outra pautada nas histórias e culturas desses sujeitos para além das marcas do escravismo. Muitos alunos chegam nas escolas com suas subjetividades e verdades construídas e condicionada pela sociedade, crenças e educação familiar, muitos chegam alienados com preconceitos, e então “é possível que pessoas negras sejam influenciadas pela ideologia do branqueamento e, assim, tendam a reproduzir o preconceito do qual são vítimas. O racismo imprime marcas negativas na subjetividade dos negros e também na dos que os discriminam” (Brasil, 2004, p 15). Também é importante reforçar que deve haver a transformação da mentalidade do professor, pois como já vimos a educação é fundamental na desconstrução de mitos e superioridade e inferioridade na sociedade, e os professores são agentes importantes nesse processo da implementação de uma educação antirracista, mais é primordial que haja a “transformação de nossas cabeças de professores”(Munanga, 2005, p. 17).

Portanto, é exatamente por causa disso que vemos a necessidade do papel do professor e educador em uma educação transformadora e crítica. Mas como então os professores entrevistados trabalham as questões étnico-raciais na escola na qual atuam? O professor B começa respondendo que é importante:

“Percebê-los os primeiro, nesse campo em que a gente está depois colocar o aluno para perceber que ele é sujeito(...)trazer um conteúdo para sala de aula e trazer a realidade para o meu aluno, e dizer que por exemplo que festa tal se faz em comemoração a isso, que não é só Novembro que é o dia da Consciência negra, e estudar história do Piauí, que nós temos 13 de maio, e falar da Abolição que não teve, e falar dia seis da Consciência negra estadual, é falar da Esperança Garcia.(...)e trazer personagens e heróis, apesar de que eu não gosto muito da questão do herói, questão do heroísmo, mas é importante trazer pessoas importantes na história, como por exemplo nós estamos em Floriano Piauí, e que é o primeiro prefeito da cidade era homem negro o João Chico, e este é pouco se é falado desse rapa que era um comerciante livre que viveu em Floriano no período de transição, e que a sociedade o embranqueceu igual como fizeram com Machado de Assis pra aceitá-lo.(...) Então trabalhar com meu aluno a questão das leis colocando em prática a questão do antirracismo, e trazer pra eles a realidade assim situarem no tempo e no espaço atual, eu não consigo enquanto professor de história falar pro meu aluno sobre o passado sem contextualizar o presente e a situação, por que seria uma mera reprodução, e entender a História como ciência e entender a história como transformação do aqui e agora.(Professor B).

O depoimento do professor B reforça a importância de se contar histórias do povo negro para além do marcador da escravidão. Nessa mesma perspectiva a professora A fala que também gosta de trabalhar sobre os grandes símbolos da negritude para que os alunos negros se identifiquem, fala ainda que é importante falar sobre o processo de escravização, mas sempre com a “ideia de mostrar o outro lado, de que um negro ele não foi só escravizado eles tinham a resistência a cultura”(Professora A). Sobre as respostas desses dois professores, vale reforçar que as leis antirracistas reforçam a necessidade dos professores trabalharem a questão das representatividade negra nas escolas, pois esta é uma das formas de combater e desestruturar estereótipos e estigmas que estão incutidos nas mentalidades de alunos devido a desinformação. Pois como a professora A explicou na entrevista, existem muitos alunos em sala de aula que tem certas resistências em aceitar fazer parte da cultura negra isso devido a ideologia do branqueamento.

A professora A diz também que “Na sala de aula eu costumava trabalhar muito sobre por exemplo, o Reino da Nubia que era um reino que a gente quase não trabalhava antes”. Analisando as narrativas dos professores A, B e C, sobre como estes trabalham as questões

étnicos-raciais, apenas a professora A e o professor B deram mais detalhes e exemplos específicos, já o professor C apenas falou que trabalha em sala de aula pautando a questão do respeito, e valores democráticos

Onde tem respeito não tem espaço para o racismo (...)E tem um aspecto em que todos devemos e merecemos ser iguais que é o aspecto legal, nesse aspecto nós devemos ser considerados todos iguais principalmente em um mundo e em um país democrático, que nós queremos viver. Nesse aspecto jurídico todos devemos ser considerado todos iguais é isso a gente se faz se exercitamos o respeito mútuo. É isso que falo para os meus alunos, (...) É difícil mas é pautada no respeito e na democracia. (Professor C)

O professor C foi o único professor que não deu exemplos claros de como trabalhar questões étnico-raciais no que se refere a conteúdos e assuntos específicos sobre história Africana e cultura africana e afro-brasileira em sala de aula como falaram os professores A e B. O professor C reforça o discurso problemático do mito da democracia racial de que “somos todos iguais”. Veremos ainda o que disse o professor C sobre como pautar a questão do respeito no ensino de relações étnico- raciais.

“Porque na verdade pessoas dizem respeitar aos outros, mas lá no fundo ele não respeita todos como deveria, *até porque o sentimento de racismo ele é um sentimento inerente ao próprio indivíduo, ele é de dentro da própria pessoa, não posso também mexer naquilo que é de dentro daquela própria pessoa* (Grifo nosso), se ele não gosta de A ou de B é uma coisa dele, o que eu posso fazer o que as leis no país democrático deve fazer, que tem que fazer na minha forma de ver é proteger os outros que estão de fora, pra que as manifestações deles não apareça preconceituosa é até de crime, se a pessoa não gosta de fulano ou de siclano até aí tudo bem, mas a pessoa não pode prejudicar uma pessoa não pode xingar, pela simples cor de pele, não pode manifestar nenhum tipo de sentimento contra uma determinada pessoa. *Agora eu não posso sair por aí caçando problema com uma pessoa porque há você é branco e não gosta de preto, você é preto e não gosta de branco, não sei cada um tem o seus princípios seus modos e valores*(Grifo nosso) o que eu posso fazer é conscientizar através do respeito e através da democracia, que todos nós somos iguais e merecemos ser tratados de forma igual”(Professor C)

Percebemos o quanto e problemático as falas do professor C, além de contraditória pois ao mesmo tempo em que fala que o que pode fazer e “conscientizar através do respeito”, naturaliza o racismo e trata algo que é estrutural como se fosse um “sentimento”, um direito do indivíduo, como observa-se nesta passagem: “não posso sair caçando problema com uma pessoa porque há você é branco e não gosta de preto, você é preto e não gosta de branco”(Professor C). Um outro ponto problemático em sua fala é sobre a relativização do racismo, quando o discurso do respeito em alguns casos pode acabar reforçando o racismo, quando por exemplo

esse discurso vem sem o questionamento e as discussões das injustiças enfrentadas pelos grupos marginalizados e sustentado pela falácia da ideia de que “porque todos nós somos iguais” e que, portanto, devemos aceitar a sociedade e a estrutura social em que vivemos.

Outro ponto importante é o quanto e problemático a afirmação do professor C em dizer que o racismo “ele é de dentro da própria pessoa, não posso também mexer naquilo que é de dentro daquela própria pessoa, se ele não gosta de A ou de B é uma coisa dele” (Professor C). Esse pensamento do professor C, traz a ideia de que se o racismo é “inerente ao próprio indivíduo” e que não podemos mudar isso, então isso leva a crer que as pessoas já nasceriam racistas e é seu direito ser assim? vale afirmar que uma constatação desta não tem fundamento, pois compreendemos o racismo como um comportamento aprendido, uma criança por exemplo não nasce racista, ela se torna racista, as suas percepções são construídas pelo ambiente a qual crescem, elas são moldadas pelo meio em que vive, como aponta as autoras Aida Silva e Leia Tiriba(2015). Nelson Mandela cesta vez falou “ninguém nasce odiando outra pessoa por causa da cor de sua pele ou de onde ela vem ou sua religião, para odiar as pessoas precisam aprender, e se elas aprendem a odiar, podem ser ensinadas a amar” (Silva; Tiriba, 2015, p. 08).

Portanto, como as crianças serão ensinadas a serem antirracistas se parte do corpo docente também pode ser racista? Como já vimos, é de suma importância que haja as mudanças de pensamentos dos próprios professores e uma reformulação das bases de suas formações. Com isso, além das análises dos conhecimentos dos professores entrevistados sobre as leis antirracistas e como pensam a implementação dessas leis, é interessante observar como estes professores trabalham os conteúdos dos livros didáticos de História nesta perspectiva, principalmente se percebem ausências, e como analisam os conteúdos que são importantes e que deveriam estar lá presentes nesses livros que retratam os africanos e afro-brasileiros. O professor B fala sobre sua experiência:

“olha teve uma evolução enorme sabe, os últimos autores dos livros têm trazido pra gente o negro para além da escravidão, e isso é importante, mas é importante sobretudo os professores entender e estudar as biografias desses autores(...)que falta são professores que trabalhem esses conteúdos, porque dá trabalho você estuda sobre e você deve se aprofundar né, só jogar por jogar não vai transformar, eu digo isso porque a gente ver o conteúdo mas é preciso que professor ele der uma estudada maior e preciso que se maximalizem com informações”(Professor B).

Além disso, o professor B explica que é importante que “professores tragam essas outras formas” (Professor B), ou seja para o professor é importante não se apegar apenas ao livro

didático mais trazer “outras formas” de se trabalhar o ensino de história africana e afro-brasileira. Mas quais formas? Professor B explica “existe no Brasil outros intelectuais, cantores, compositores ativistas que falam sobre combate ao racismo sobre transformação, e é preciso a gente professores tragam essas outras formas que seja mais fácil para gente pensar o racismo para que de fato a gente vem aqui ter uma democracia plena nesse país” (Professor B). A resposta do professor C também foi a mesma do professor B com relação à necessidade de mais representação de pessoas negras e argumenta:

“Ultimamente tem melhorado bastante, de representação da figura negra nos livros didáticos, não colocando negro como uma pessoa é que foi vítima, que inegável mente foi grande vítima histórica de um processo de exploração terrível e cruel, mas que também foi em muitos momentos senhores da sua própria história, de resistência de empoderamento de luta e tem o seu o valor mesmo quando foi vítima no sofrimento na dor, eu não vejo com grande problema a forma como os grandes autores do livro didáticos retratam, o problema é como são mal visto por algumas pessoas (...) Pode ser que você sinta falta de alguma detalhe, mas de maneira geral eu como professor de história de nível fundamental e médio eu creio que não(...) o que falta é um olhar mais aprofundado porque tem muita coisa para se estudando e as vezes você não dar tanta importância, e muita coisa que passa desapercebido sobre esse ou aquele assunto, acaba me negligenciando um pouco realmente essa grande contribuição do povo africano para a cultura das Américas e do mundo inteiro (Professor C)

Já a professora A defende que “ainda tem muita falha(...) na minha pesquisa descobri que as grandes produtoras de livros não trabalharam de forma mais específica, pra não perder cliente(...) Os livros também fazem uma pincelada pequena sobre a cultura da África e afro-brasileira, e muito pequeno” (Professora A). Com isso, analisando as narrativas dos professores observamos a lacuna no acesso e produção de materiais didáticos com conteúdo sobre história da África e sobre cultura africana e afro-brasileira que subsidiem seus trabalhos em sala de aula. Também observamos que estes docentes saibam da existência das leis antirracistas, porém falta interesse e formação específica para trabalhar e pesquisar sobre os temas em sala de aula. Com isso, pelas análises das narrativas, percebemos também que deve haver de todos professor, e não somente dos professores da disciplina de História, a descolonização do pensamento, para uma educação crítica e inclusiva, e superar paradigmas coloniais eurocêntricos, bem como a falsa ideia que vivemos em uma democracia racial, para assim não continuar a perpetuar práticas como a do professor C. A professora A fala “um vício que vem de muitos anos” (Professora A), que é o ensino tradicional eurocêntrico.

E nesse processo o papel do professor é primordial, no que se refere a incentivar os estudantes a refletirem sobre a realidade social em que estão inseridos, além disso é crucial o papel do professor como mediador no “torna-se negro” do aluno, em uma educação que valorize a identidade racial desses estudantes, a cultura africana e afro-brasileira ajudando nesse processo em direção à educação antirracista.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou o tema ensino de história de cultura africana e afro-brasileira e os desafios de implementação das leis antirracistas nas escolas de Floriano, partindo do objetivo em compreender se houve avanços significativos pouco mais de 21 anos da implementação da Lei 10.639 de 2003. Além de fazer um diagnóstico a respeito do que pensam os professores de história de escola estadual, municipal e particular da cidade de Floriano sobre a implementação das leis antirracistas na escola na qual atuam.

Além disso, o artigo evidencia também que é devido a história de lutas do movimento negro, com críticas e protestos por meios de comunicações como a arte a literatura, e jornais como por exemplo o Jornal “*Voz da Raça*”(1931) instituído pelo movimento negro FNB, que a reivindicação o a direito à educação igualitária resultou a promulgação das leis antirracistas.

Com isso, tal pesquisa identificou que ainda existe o racismo estrutural, e que a partir da análise das entrevistas percebe-se a urgência de todos os professores terem formação adequada para colocarem em prática o que está estabelecido nas leis antirracistas, como forma de combater o racismo perpetrado nas escolas. Como apontaram os professores entrevistados, ainda existe o racismo dentro de sala de aula, seja praticado por alunos ou por professores, pois ainda existe a persistência do discurso da democracia racial reforçado pelo ensino de uma História eurocentrada. Soma-se a esse cenário, a desinformação dos professores, a falta de interesse em trazer um conteúdo que trata das questões étnico-raciais, a lacuna no acesso e produção de materiais didáticos, além da ação direcionada das secretarias de educação para subsidiar políticas de formação continuada para os docentes dentro de uma perspectiva antirracista. Percebesse, portanto, pouco avanço em relação a implementação das leis antirracistas nas escolas de Floriano.

Os dados obtidos mostram a necessidade da desconstrução e desmistificação de argumentos que sustentam a ideologia da democracia racial que permeia a prática de alguns professores. Essa é a tarefa de um ensino antirracista no ensino crítico, além das discursões das desigualdades raciais, o racismo estrutural, desconstrução de narrativas romantizadas como por

exemplo em relação as religiões de matrizes africanas, além da promoção a visibilidade e protagonismo negro, trazendo no ensino do processo histórico o “negro para além da escravidão”, indo contra o ensino eurocêntrico e excludente dos professores e a um sistema educacional, que para o professor B é “uma educação classista, elitista e segregacionista”.

Portanto, em vista aos resultados obtidos, as pesquisas futuras poderão aprofundar a análise de estratégias para a implementações das leis antirracistas nas escolas da cidade de Floriano, além de analises nos PPC (Projeto Político Pedagógico) das escolas e elaborações de projetos educativos de relações étnico raciais.

REFERÊNCIAS

Entrevista com a professora A concedida à estudante Maria Joaquina, 23 de outubro, 2024.

Entrevista com o professor B concedida a estudante Maria Joaquina, 17 de outubro, 2024.

Entrevista com o professor C concedida a estudante Maria Joaquina, 18 de outubro, 2024.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral.** 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História fundamentos e métodos** 3. Ed. _ São Paulo; Cortez, 2009.

BONILLA-SILVA, Eduardo et al. **Repensar o racismo:** Rumo a uma interpretação estrutural.

Revista de Teoria da História, Goiânia, v. 26, n. 1, p. 256–283, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/theoria/article/view/76858>. Acesso em: 29 nov. 2024.

BRASIL. Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003. D.O.U. 10 de janeiro de 2003.

_____. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino da História afro-brasileira e africana.** Brasília/DF: SECAD/ME, 2004.

GONZALEZ, Lélia e HASENBALG Carlos, **Lugar de negro.** Rio de Janeiro. Editora Marco Zero. 1982

GONZALES, Lélia. **A Categoria político-cultural de ameficanidade.** In: *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, N. 92/93 (jan./jun.), 1988, p. 69-8

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** Revista de Administração de Empresas São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63 Mar./Abr. 1995

KARLA, Karine Fernandes Lima (org). **Orientações para a Construção de uma escola Antirracista.** Teresina/PI;ERER, 2023.

MUNANGA, Kabegele (org). **Superando o Racismo na Escola.** Brasilia: Ministério da Educação, Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

VIEIRA, Carlos Eduardo; CORREIA, Fabiola Maciel. **Abdias Nascimento:** a trajetória de um intelectual negro engajado na disseminação de saberes emancipatórios entre as décadas de 1920

e 1940. Revista Brasileira de História da Educação [online]. 2022, v. 22 [Acessado 30 Novembro 2024], e215. Disponível em: <<https://doi.org/10.4025/rbhe.v22.2022.e215>>. Epub 01 Ago 2022. ISSN 2238-0094. <https://doi.org/10.4025/rbhe.v22.2022.e215>.



ROTEIRO DE PERGUNTAS TCC

Caro professor/a, este instrumento faz parte de um processo de pesquisa e tem como objetivo coletar dados e realizar análise das informações, visando contribuir para construção do nosso Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Desde já, agradecemos a sua colaboração. Salientamos, ainda, que as informações aqui prestadas não serão reveladas para outro fim, que não seja, o da pesquisa científica e que o seu nome não será revelado, conforme a norma ética 136, da legislação vigente do Conselho de Ética, de nossa instituição.

1. Em sua Formação (inicial e/ou continuada) você estudou sobre os conteúdos de Educação das Relações Étnico-raciais? comente sobre.

() Sim () Não

2. Qual o seu conhecimento sobre a Lei 10.639/03 (que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana na educação básica) E sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana?

3. Já presenciou algum tipo de reprodução do racismo no ambiente escolar?

() sim () não

4. Se, sim, poderia relatar (sem dizer nomes de pessoas):

5. Quais as possibilidades de trabalhar uma educação antirracista na escola? e como você trabalha as questões étnico-raciais na escola na qual atua?

6. Quais os desafios de trabalhar uma educação antirracista na escola?

7. Como você avalia a história/representação dos negros (africanos e afro-descendentes) nos livros didáticos de História utilizado por você em sala de aula?

8. Você percebe ausências de conteúdo (que são importantes e deveriam estar presentes) que retratam a temática sobre os africanos e afro-brasileiros nos livros didáticos? Cite quais: